TC 002.078/2018-0

Tomada de Contas Especial

Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE)

Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Fernando Antônio de Oliveira Leão (peça 46), Diretor Administrativo e Financeiro do Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE), contra o Acórdão 15.693/2018-TCU-1ª Câmara, da relatoria do Ministro Augusto Sherman Cavalcanti (peça 28).

2. Por intermédio da deliberação recorrida, este Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente (bem como as do Sr. Reginaldo Silva de Oliveira), condenou os responsáveis, solidariamente, ao ressarcimento do valor original de R\$ 167.305,01 e aplicou-lhes a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992.

3. Esta tomada de contas especial foi instaurada em atendimento à determinação constante do item 9.5 do Acórdão 2.542/2015-TCU-Plenário, em razão da ocorrência de ilícitos no Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE), no exercício de 2008, apurados no âmbito do TC 035.297/2012-3, no qual foi apreciada representação formulada pelo Conselho Federal de Administração (CFA).

4. A Secretaria de Recursos (Serur) delimitou o objeto deste recurso de reconsideração em examinar se houve prescrição do julgamento das contas e do débito, se ocorreu violação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e se o recorrente possui legitimidade passiva para responder pelos danos (peça 58, p. 5).

5. Após o exame dos elementos recursais, a unidade técnica propôs, em pronunciamentos convergentes, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento (peças 58, p. 9, e 59).

6. Com efeito, a questão preliminar suscitada pelo recorrente em relação à prescrição não merece prosperar. Conforme registrou a Serur, a jurisprudência pacífica deste Tribunal, bem como do STF, é no sentido de serem imprescritíveis as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de dano ao erário. Em relação à prescrição para a aplicação de sanções pelo TCU, releva ressaltar que, perfilhando entendimento manifestado em minha intervenção precedente, no momento de estabelecer a dosimetria da multa imposta aos responsáveis, o Tribunal levou em consideração o fato de estar prescrita a pretensão punitiva para as despesas irregulares que haviam sido realizadas até o dia 19/6/2008, consoante deixa assente o parágrafo 12 do voto que fundamentou o acórdão recorrido, já referenciado pela unidade instrutiva (peça 29, p. 2).

7. Igualmente não deve ser acolhido o argumento acerca de suposto prejuízo aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Consta dos autos que o Sr. Fernando Antônio de Oliveira Leão foi notificado em 9/12/2016, ainda na fase interna desta TCE, para que efetuassem a devolução dos valores ou apresentassem defesa prévia (Ofício 1420/2016/CFA/AUD, peça 7, p. 4). No âmbito do Tribunal, o recorrente também foi regularmente citado, tendo recebido a notificação no endereço de sua residência em 6/6/2018 (peças 17 e 21). Tem-se, ainda, que o processo transcorreu regularmente, dentro dos limites das normas processuais previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

8. Conquanto tenha aduzido ter encontrado dificuldades para a obtenção de elementos de prova no CRA-CE após ter deixado o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, conforme acertadamente pontuou a Serur, as dificuldades na obtenção de documentos, derivadas de ordem política ou de eventual cerceamento de defesa, se não resolvidas com a administração sucessora e quando e não solucionadas administrativamente, devem ser levadas ao conhecimento do Poder Judiciário por meio de ação apropriada ao caso, de acordo com os precedentes jurisprudenciais já referenciados na instrução de mérito deste recurso. Consta-se, portanto, que não há que se falar em prejuízo à defesa do recorrente.

9. No que se refere ao mérito, o Sr. Fernando Antônio de Oliveira Leão pautou sua defesa precipuamente em atribuir ao presidente do CRA-CE a culpa pelas irregularidades tratadas neste processo, pois alegou que era o gestor máximo da entidade quem executava, à sua revelia, as atribuições de ordenador de despesas. No entanto, não foi juntado aos autos qualquer elemento capaz de comprovar os fatos aduzidos. Ademais, conforme acertadamente ponderou a unidade técnica, esse argumento em nada socorre o recorrente, pois uma eventual confirmação da situação relatada indicaria omissão do Sr. Fernando Antônio de Oliveira Leão em adotar as providências sob a responsabilidade do Diretor Administrativo Financeiro para garantir que as despesas que estavam sendo ordenadas eram regulares.

10. Portanto, por não ter sido apresentado qualquer novo elemento apto a alterar o juízo de valor já estabelecido pelo Tribunal acerca da matéria, não vislumbro motivos para a alteração do acórdão recorrido, motivo pelo qual deve ser negado provimento ao presente recurso de consideração.

11. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela Serur.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador